

# TRAJETÓRIAS DE LÉSBICAS E GAYS NO ATIVISMO: REPRESENTATIVIDADES GENDRADAS QUE IMPACTAM O BEM-ESTAR E A SAÚDE MENTAL

THE TRAJECTORIES OF LESBIANS AND GAYS IN ACTIVISM: GENDERED REPRESENTATIONS THAT IMPACT WELL-BEING AND MENTAL HEALTH

## RESUMO

Desde a fase inaugural do movimento LGBTQIA+, quando ainda era composto apenas pela militância homossexual, tem sido observado que as diferentes trajetórias de ativistas lésbicas e gays são marcadas por tensões e divergências entre ambos. Com o intuito de compreender como esses dois sujeitos políticos entendem o modo pelo qual as suas representatividades e ocupações no movimento social repercutem em seu bem-estar e na sua saúde mental, o presente trabalho teve como escopo analisar qualitativamente as vivências pessoais e a trajetória na militância de ativistas lésbicas e gays. Para essa finalidade, foram entrevistados quatro homens gays e quatro mulheres lésbicas, de diferentes faixas etárias, conhecidos pelos seus percursos na militância. Através da análise de conteúdo, foram produzidas três categorias: “Sofrimentos relacionados à representatividade no movimento social; “O ativismo virtual e a personificação da militância” e “Estratégias de autocuidado”. Ao final, verificou-se que a maneira através da qual o gênero influencia a representatividade de lésbicas e gays no movimento ocasiona sofrimentos psíquicos distintos em ambos os grupos: gays parecem sofrer pelo ônus da projeção e do reconhecimento na representatividade; enquanto lésbicas sofrem pelo apagamento e não reconhecimento de seus trabalhos e lutas. Além disso, foi assinalado que a relação com a militância requer estratégias de autocuidado, a fim de atenuar os efeitos da sobrecarga e dos percalços no cotidiano do ativismo.

**Palavras-chave:** Movimento LGBTQIA+. Ativismo lésbico. Ativismo gay. Saúde mental. Gênero

## ABSTRACT

Since the inaugural phase of the LGBTQIA+ movement, when it was still composed only of homosexual militancy, it has been observed that the different trajectories of lesbian and gay activists are marked by tensions and divergences between them. In order to comprehend how these two political subjects understand the way in which their representations and occupations in the social movement affect their well-being and mental health, this study aimed to qualitatively analyze their personal experiences and trajectory in the militancy of lesbian and gay activists. For this purpose, four

---

### Felipe de Baére

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (PPG-PsiCC/UnB). E-mail: felipebaerepsicologia@gmail.com

### Valeska Zanello

Professora Doutora Associada 1 do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília (PCL/IP/UnB). E-mail: valeskazanello@uol.com.br

gay men and four lesbian women, of different age groups, known for their careers in militancy, were interviewed. Through content analysis, three categories were produced: “Suffering related to representation in the social movement; “Virtual activism and the personification of activism” and “Self-care strategies”. In the end, it was found that the way in which gender influences the representation of lesbians and gays in the movement causes different psychological suffering in both groups: gays seem to suffer from the burden of projection and recognition in representation; while lesbians suffer from the erasure and non-recognition of their work and struggles. Furthermore, it was pointed out that the relationship with activism requires self-care strategies in order to mitigate the effects of overload and setbacks in the daily activism.

**Keywords:** LGBTQIA+ movement. Lesbian activism. Gay activism. Mental health. Gender

## Introdução

Em sua formação, nos anos finais da década de 1970, a configuração do movimento LGBTQIA+ se mostrava bastante distinta da atual. Estabelecido como Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), uma denominação que perdurou até os anos 1990, ainda não havia a pluralidade de sujeitos políticos que têm feito deste movimento social um espaço dinâmico e complexo. A homossexualidade, até então, era um conceito que albergava todas as orientações sexuais e identidades de gênero não-normativas. Ainda assim, não se observava a ampla inserção do que hoje se conhece por pessoas trans na fase preambular do MHB. Com predominância da militância gay, esse espaço inicial foi compartilhado com o ativismo lésbico, em uma convivência por vezes desarmoniosa e divergente (FERNANDES, 2018; TREVISAN, 2018).

Ao longo da ditadura civil-militar no Brasil, período do surgimento do MHB, o movimento lésbico brasileiro esteve isolado politicamente pela esquerda, pelo movimento homossexual e pelo movimento feminista (OLIVEIRA, 2017). No que concerne às correntes de esquerda, as pautas que envolviam a luta por direitos homossexuais eram encaradas como causas menores, pois a esquerda brasileira considerava a homossexualidade um “vício burguês” (GREEN, 2000). Em relação ao movimento homossexual, são reiterados os relatos de posicionamentos machistas e posturas misóginas dos gays direcionados às ativistas lésbicas. No cotidiano do Grupo de Afirmação Homossexual de São Paulo (SOMOS)<sup>1</sup> que, assim como o jornal *Lampião da Esquina*, é o marco referencial do surgimento MHB, as lésbicas tinham a sua participação tolhida pelos gays e, quando ouvidas, precisavam otimizar essa oportunidade para se queixarem de seu constante silenciamento (FERNANDES, 2018).

Diante da hierarquização presente no SOMOS, parte das lésbicas deliberaram pela criação de um subgrupo, no qual os seus posicionamentos políticos teriam

<sup>1</sup> No início do MHB, ainda na década de 1970, a concentração das participações se encontrava restrita ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

maior autonomia em relação à centralização dos gays. Desse modo, surgiu o *Grupo Lésbico Feminista* (LF), que se tornou um espaço de mulheres plurais, de diferentes raças, etnias, escolaridades e classes sociais. O LF teve como propósito atuar no acolhimento e na afirmação da identidade lésbica no SOMOS. Em suas reuniões, eram promovidos debates sobre a necessidade de se combater a reprodução de papéis de gênero estereotipados, bem como discussões acerca do machismo e de como as relações amorosas são vias de opressão para as mulheres (FERNANDES, 2018). Além disso, ao considerar os impasses advindos do comportamento dos ativistas gays no SOMOS, outro objetivo do LF era criar alianças com movimentos feministas, o que também se mostrou uma tarefa desafiadora.

Conforme observaram Soares e Costa (2011), via de regra, os movimentos feministas nunca assumiram a lesbianidade como prioridade, tanto na produção teórica quanto na agenda política. Diante deste panorama, parte das lésbicas vinculadas ao LF se organizaram para fundar o Grupo de Afirmação Lésbico Feminista (GALF), em uma nova formação marcada por divisões internas (BACCI, 2016). O GALF foi a organização lésbica de maior expressividade ao longo da década de 1980, justamente no intervalo em que se deu a chegada da epidemia de HIV/Aids no Brasil (FERNANDES, 2018; LESSA, 2008).

Os efeitos colaterais do HIV/Aids em uma cultura moralista como a brasileira foram dramáticos para a comunidade gay. Inicialmente, como a epidemia se alastrou entre homens homossexuais e mulheres trans, esses grupos se tornaram alvos de uma estigmatização ainda mais acentuada, que também repercutiu no movimento social. De acordo com Facchini (2005), ao longo da década de 1980, observou-se acentuada reconfiguração no MHB. O número de coletivos e organizações reduziu mais da metade e os remanescentes precisaram modificar as suas agendas de ações. Se outrora a prioridade era as discussões acerca da politização das homossexualidades, nesse momento, as energias estiveram voltadas para o combate ao preconceito e às desinformações sobre a doença, que resultavam na moralização da doença e na ausência de acolhimento e cuidado dos sujeitos contaminados (DANIEL; PARKER, 2018).

A solidão e o isolamento não eram as únicas adversidades enfrentadas pela comunidade gay neste momento. Outra consequência da epidemia foi o acirramento das violências físicas e dos discursos de ódio direcionados contra a população sexo-gênero diversa. Havia uma racionalidade punitivista, como se a epidemia fosse uma via de purificação da devassidão e o combate aos “portadores” e “disseminadores” do vírus um dever social em prol da saúde pública (TREVISAN, 2018; CAVALCANTI; BARBOSA; BICALHO, 2018). Nesse contexto de luta contra a proliferação dos preconceitos durante a década de 1980, os movimentos gays em atividade buscaram amortecer os impactos dos estigmas oriundos da epidemia através de ações contra a despatologização das homossexualidades (RODRIGUES, 2018) e por meio das tentativas de inserção da proibição contra as violências a dissidências sexuais na Constituição de 1988 (MASCARENHAS, 1997).

Ao passo que os ativistas gays se voltaram com ênfase para as causas relacionadas à epidemia de HIV/Aids no decorrer dos anos 1980, as ativistas lésbicas ainda estavam em busca de consolidar a sua identidade coletiva. Naquele momento, diante das tensões observadas nos grupos mistos do MHB e no movimento feminista, o GALF, que se tornara o grupo lésbico de referência neste período, buscou maior autonomia em sua agenda de ações, para não se manter eclipsado pelas pautas de movimentos heterofeministas e dos ativistas gays. Com o intuito de incentivar a visibilidade e a representatividade lésbica, o GALF elaborou o boletim Chanacomchana<sup>2</sup>, que circulou entre 1981 e 1987 (MARTINS; CAETANO; BRAGA; SILVA JUNIOR, 2020). De todo modo, embora tenham buscado uma organização própria, a militância lésbica não teve a mesma expressividade em comparação aos gays no MHB, tampouco ampliou o seu espaço nos encontros feministas durante os anos 1980 (MARTINHO, 2017). O tímido crescimento dos grupos lésbicos apenas aconteceu na década seguinte, quando o MHB foi compelido expandir a sua composição (SIMÕES; FACCHINI, 2008).

Ao longo dos anos 1990, houve a reconfiguração do MHB, a partir da implementação de uma política de identidades, que possibilitou a inserção de outros sujeitos coletivos neste movimento social, até então representado com ampla predominância por militantes gays. Foi a partir de pressões do movimento lésbico e, em seguida, do movimento trans, com foco nas travestis, que a restrita sigla MBL foi, gradualmente, transformada em GLT. De acordo com Facchini (2005), entre os fatores que viabilizaram essas mudanças estava a implementação de uma política de prevenção às DST/Aids<sup>3</sup>, através da parceria entre o Estado e a sociedade civil. Ainda na década de 1980, houve tensões entre o MHB e o governo brasileiro, devido aos conteúdos alarmantes produzidos pelas campanhas de prevenção do Ministério da Saúde (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Essa situação se harmonizou quando o Estado, que já havia instituído a Coordenação Nacional de Doenças Transmissíveis/Aids (CN DST/Aids), aproximou-se do movimento social, construindo parcerias entre coletivos e ONGs (CALDERARO, 2011). A relevância do chamado Terceiro Setor vinha desde a década anterior, mas alcançou o seu auge quando formatos institucionais passaram a compor com abrangência a militância sexo-gênero diversa.

A ampliação da interlocução entre o movimento social e o Estado nos assuntos relacionados à epidemia de HIV/Aids possibilitou a difusão do debate em torno da diversidade sexual e de gênero na sociedade brasileira e a maior legitimidade das reivindicações voltadas para a saúde sexual (CALDERARO, 2011). Contudo, essas mudanças não repercutiram de maneira equitativa entre todos os sujeitos políticos que agora compunham o movimento social sexo-gênero diverso. Tendo em vista a noção de “população-alvo”, no caso, aquela que apresentava maior prevalência de contágio, a lógica de captação de recursos e do financiamento de projetos e pesquisas

---

2 De acordo com Lessa (2008), a primeira edição da Chanacomchana foi em 1981. Com a proposta de ter um formato de jornal, o lançamento ocorreu ainda no *Grupo Lésbico Feminista* (LF), pertencente ao SOMOS-SP. As demais edições, já em formato de boletim, foram produzidas pelo GALF.

3 Atualmente, a sigla DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) foi substituída por IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis).

acentuou as segmentações dentro do movimento social, que culminou na manutenção do preterimento das lésbicas (CALAZANS, 2020).

De acordo com Almeida (2009), ao longo da história das políticas de atenção à saúde da mulher, o campo da saúde sexual esteve circunscrito à preocupação com a reprodução, em uma perspectiva exclusivamente heterossexual. Logo, havia o apagamento da homossexualidade feminina através da hegemonia do discurso médico-ginecológico, que se manteve inalterado com a chegada da epidemia de HIV/Aids. Foi necessário o apelo das lésbicas em relação ao atendimento e cuidado de suas especificidades no campo da saúde, uma reivindicação que se intensificou através dos SENALE (Seminários Nacionais Lésbicos), cuja primeira edição ocorreu em 1996 (FACCHINI; BARBOSA, 2006).

Os anos 2000 foi o período em que se intensificou o processo de cidadanização das dissidências sexuais e de gênero (CARRARA, 2016), com a maior participação dos movimentos sociais na construção de políticas públicas. A representatividade política da população LGBTQIA+ se tornou ainda mais evidente a partir da criação do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), em 2004, que promoveu ações em múltiplas linhas de trabalho, incluindo a saúde. Foram as articulações que se iniciaram no BSH que culminaram na criação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSI LGBT), instituída em 2011 (BRASIL, 2013a). Neste documento, resultado das conexões entre movimento social, Estado e participação popular, vários elementos históricos foram incluídos, a fim de relatar a maneira como se deu a construção coletiva dessa política pública. Dentre essas informações, havia o reconhecimento de que o movimento lésbico havia sido apagado nas questões relacionadas à saúde sexual durante a década de 1990.

Ainda que a PNSI LGBT tenha contemplado as especificidades dos diferentes grupos que compõem a comunidade sexo-gênero diversa, outras cartilhas voltadas exclusivamente para determinados grupos foram publicadas, tais como os documentos produzidos pelo Ministério da Saúde “Direitos, Saúde e Participação Popular”, que apresentaram uma versão voltada para as mulheres lésbicas e bissexuais (BRASIL, 2013b) e outra para os homens gays e bissexuais (BRASIL, 2016). Ambas as publicações atendem aos interesses do movimento social, que demandam a produção específica de materiais educativos e informativos, considerando as diferenças presentes na comunidade LGBTQIA+. Além disso, tendo em vista que, ao longo da história, os conhecimentos acerca da população sexo-gênero diversa estiveram submetidos aos campos de saber hegemônicos, sob a lógica da patologização e da criminalização (GREEN, 2019; SALES; LOPES; PERES, 2016), produções que rompem com a retórica estigmatizante ao abordarem a saúde da população LGBTQIA+ são imprescindíveis, sobretudo quando abrangem aspectos relacionados à saúde mental desses grupos.

Se outrora o interesse no campo da saúde mental da população LGBTQIA+ se baseava na busca pela etiologia do que era considerado um desvio da norma, na atualidade, a relevância se encontra na compreensão das origens e da manutenção das violências LGBTQIA+fóbicas e os seus efeitos danosos, tanto individuais quanto coletivos (BORRILLO, 2010). O movimento sexo-gênero diverso, em toda a sua

pluralidade, tem buscado debater e publicizar os impactos psíquicos do preconceito e da discriminação, evidenciando a importância de se pautar as discussões sobre a diversidade sexual e de gênero, como forma de evitar cenários trágicos de sofrimentos (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021; GASTALDI et al., 2021; PERES; SOARES; DIAS, 2018). O próprio PNSI LGBT aborda a importância do investimento em ações de promoção da saúde mental em vários trechos do documento e aponta que as dissidências sexuais e de gênero apresentam problemas relacionados à drogadição, ao alcoolismo, à depressão e ao suicídio (BRASIL, 2013a).

A partir do panorama histórico apresentado, observa-se que a agenda da saúde tem sido estruturante para o movimento LGBTQIA+ desde a sua fase inicial. Em um primeiro momento, embora o campo da saúde sexual fosse preponderante, observa-se que, na atualidade, sob a perspectiva da integralidade da saúde, outros eixos temáticos também têm recebido destaque, como a saúde mental (BRASIL, 2013a). No entendimento de que dinâmicas de opressões sociais, que incluem a normalização e a normatização de existências, ocasionam vivências de sofrimento psíquico (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019), surge o questionamento sobre como se dariam os contextos de bem-estar e de adoecimento psicoemocionais no cotidiano da militância.

Ao considerar os cenários de lutas contra opressões e as diferenças evidenciadas entre os grupos que fazem parte do movimento LGBTQIA+, poderia ser esse espaço social um agenciador de sofrimento, que compromete o bem-estar e a saúde mental de seus integrantes<sup>4</sup>? No que tange aos aspectos temporais, devido ao fato de o ativismo homossexual ter formado o MHB na década de 1970, haveria similaridades e diferenças nas experiências de ativistas lésbicas e gays de diferentes gerações em relação às vivências de bem-estar e de adoecimento psíquico? Caso sejam observadas, o quanto estariam relacionadas às dimensões de gênero, tendo em vista o histórico de apagamento das vozes lésbicas neste movimento social?

Com base nesses questionamentos, o presente trabalho teve como intuito analisar qualitativamente as vivências pessoais e a trajetória na militância de ativistas lésbicas e gays e compreender como esses dois sujeitos políticos entendem o modo pelo qual as suas representatividades e ocupações no movimento social impactam o seu bem-estar e a sua saúde mental. Através dessa análise, também se propõe identificar como as dimensões de gênero (ZANELLO, 2018) se manifestam em cada grupo. O intuito não foi direcionar as participações para discorrerem especificamente sobre a própria saúde mental e o sofrimento psíquico, mas identificar como esses temas atravessam, direta ou indiretamente, as suas experiências em suas relações com a militância.

---

4 A saúde mental é campo plural, polissêmico, intersetorial e que, por vezes, enseja discordâncias conceituais quando pensado como oposição a uma noção de doença mental (Amarante, 2011). O entendimento neste trabalho se acerca do conceito da Organização Mundial de Saúde (2007), que aponta ser a saúde mental um “estado de bem-estar no qual o indivíduo utiliza as suas capacidades, lida com o estresse normal da vida, trabalha de modo produtivo e frutífero e contribui para a comunidade” (p. 1). Contudo, esse conceito não deveria estar submetido a uma lógica produtivista neoliberal, que produz e gerencia sofrimento (Safatle, Silva Junior & Dunker, 2020). Aqui, a saúde mental é vista sob o prisma de uma ética do bem-viver, que contesta dinâmicas sociais de opressão.

## Método

Por ser a militância homossexual a mais antiga no movimento LGBTQIA+, esta pesquisa buscou a participação de ativistas lésbicas e gays de diferentes gerações. Após a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília (IH/UnB)<sup>5</sup>, foi elaborada uma lista de possíveis colaborações. Os convites foram realizados através das redes sociais, haja vista que as pessoas convidadas são conhecidas pelas suas contribuições no ativismo e apresentam perfis nesses espaços virtuais. Ao final, chegou-se ao total de oito participantes: quatro ativistas gays cisgêneros e quatro ativistas lésbicas cisgêneros. A cisgeneridade foi um critério de seleção, pois possibilitaria maior distinção das pautas da militância trans.

A composição das ativistas lésbicas envolveu uma mulher negra, de 65 anos, moradora do Rio de Janeiro, que se encontra na militância desde a criação do MHB, identificada neste trabalho como (L1); uma mulher branca, de 50 anos, natural de São Paulo, que já representou o Brasil internacionalmente, conhecida por suas contribuições na elaboração de políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA+ (L2); uma mulher branca, de 42 anos, que tem atuado na linha de frente da militância lésbica do Distrito Federal desde o início dos anos 2000 (L3); uma jovem branca e gaúcha, de 23 anos, que tem participado de ações lésbicas no espaço acadêmico e também na virtualidade, através das redes sociais (L4).

Já entre os ativistas gays, a composição incluiu um homem branco, de 57 anos, paraense, militante desde a década de 1980, presidente de renomado grupo LGBTQIA+ brasileiro, identificado no trabalho como (G1); um homem negro, natural de Sergipe, de 48 anos, que se encontra na militância sexo-gênero diversa e na militância negra desde a década de 1990. Tem articulado ações tanto no governo federal quanto na sociedade civil (G2); um homem negro, de 38 anos, do Distrito Federal, que tem atuado com foco nos direitos da população LGBTQIA+ e da população surda (G3); homem branco, mineiro de 25 anos, morador de São Paulo capital, que se tornou conhecido por uma página nas redes sociais e que, nos últimos anos, tem atuado no ativismo LGBTQIA+ e no ativismo soropositivo (G4).

Neste trabalho, optou-se pela abordagem qualitativa, que privilegia a intersubjetividade no processo de produção da pesquisa (MINAYO, 2012). Considerando os aspectos ético-políticos subjacentes ao fazer científico, entende-se que o pesquisador e os sujeitos pesquisados estão diretamente implicados na construção do conhecimento. A partir desse entendimento, aqui, contesta-se o imperativo do discurso da neutralidade científica, que refuta quaisquer posicionamentos subjetivos do pesquisador e preconiza o seu distanciamento e a sua imparcialidade como posturas que conferem maior fidedignidade ao trabalho (HARAWAY; 1995; HARDING, 1987).

Conforme assevera Minayo (2012), a investigação qualitativa tem como eixos basilares as ações de compreender e interpretar. A compreensão, que antecede a interpretação, por se realizar através da linguagem, encontra-se atravessada por

<sup>5</sup> Parecer de número 3.250.834

conflitos ao ser marcada “pelos efeitos do poder, das relações sociais de produção, das desigualdades sociais e dos interesses” (p. 623). A interpretação, por sua vez, envolve a elaboração das possibilidades do que é compreendido e “nunca será a última palavra sobre o objeto estudado, pois o sentido de uma mensagem ou de uma realidade está sempre aberto em várias direções” (p. 625). Ainda assim, segundo autora, uma interpretação bem conduzida é aquela em que sujeito pesquisado se surpreende, pois não tinha consciência de tudo o que era possível de ser compreendido a partir de suas falas.

Como forma de analisar qualitativamente as vivências pessoais e a trajetória na militância de ativistas lésbicas e gays, acercando-se dessas realidades compartilhadas, foram realizadas entrevistas abertas, através da pergunta disparadora: “Conte-me sobre a sua história de vida, envolvendo a sua chegada no ativismo e como tem sido a sua relação com a militância (gay/lésbica) desde então”. À medida que se apresentavam novas questões envolvendo vivências de sofrimento e/ou de bem-estar relacionadas ao exercício do ativismo e às dinâmicas internas do movimento social, outras perguntas eram trazidas para direcionar o aprofundamento temático, tais como: “Fale-me mais sobre isso” ou “Conte-me um pouco mais sobre o que acabou de mencionar”. Devido ao contexto pandêmico e ao fato de as participações serem provenientes de outros estados, todas as entrevistas foram realizadas através de aplicativos de videochamada e integralmente gravadas, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As entrevistas ocorreram entre os meses de abril e maio de 2021 e as degravações entre maio e julho de 2021. As oito transcrições foram submetidas à análise de conteúdo (BARDIN, 2016), que consistiu na categorização de elementos a partir de sua reincidência temática na fala dos participantes. Para além dos aspectos semânticos, também foram objeto de análise os conteúdos subjacentes, que não se manifestaram de maneira expressa, mas nem por isso encontravam-se ausentes. Trata-se dos aspectos ideológicos, das ideias implícitas, das suposições e daquilo que não pode ser dito ou reconhecido pelo sujeito na ocasião da entrevista, mas, nem por isso, deixa de ser relevante para a pesquisa. As perguntas de aprofundamento supracitadas foram os meios recorridos para se acercar desses conteúdos subjacentes.

Como forma de assegurar maior rigor à pesquisa, a análise de conteúdo foi elaborada por dois avaliadores. Em uma primeira etapa, cada grupo de entrevistas foi analisada pelos avaliadores separadamente, a fim de que fossem levantadas as categorias específicas ao grupo das lésbicas e ao grupo dos gays. Ao final desse processo inicial, os avaliadores se reuniram para comparar as análises realizadas em cada grupo. A partir dessa comparação, foi possível chegar a três categorias comuns entre gays e lésbicas, sendo uma delas dividida em duas subcategorias específicas, uma para cada grupo.



## Resultados e discussão

Por meio da análise de conteúdo, foram elencadas três categorias, a saber: 1-) Sofrimentos relacionados à representatividade no movimento social; 2-) O ativismo virtual e a personificação da militância; 3-) Estratégias de autocuidado.

A seguir, as categorias e subcategorias serão descritas de modo detalhado. Em cada uma delas, foram compartilhados, em itálico, fragmentos das falas das entrevistadas (L1, L2, L3 e L4) e dos entrevistados (G1, G2, G3 e G4).

### Sofrimentos relacionados à representatividade no movimento social

O sofrimento relacionado à militância e representatividade no movimento social foi a temática que mais se fez presente nas entrevistas. Porém, pôde-se perceber uma clara distinção, entre gays e lésbicas, na atribuição das razões e sentidos implicados nesse sofrimento, como veremos nas duas subcategorias a seguir.

#### Os ônus dos lugares ocupados no ativismo gay

A relação que os ativistas gays têm estabelecido com as suas funções na militância se encontram presentes nesta primeira subcategoria. Os entrevistados, por terem ocupado lugares de destaque no movimento LGBTQIA+, relataram o quanto o compromisso com o excesso de demandas, por vezes, implica em situações de estafa e o preterimento do autocuidado. Além disso, tendo em vista que cargos de liderança costumam requerer maiores responsabilidades e atribuições, as cobranças internas se tornaram permanentes para esses sujeitos, ao ponto de não haver outro campo de investimento em suas vidas, salvo o ativismo.

Ao longo das entrevistas, o reconhecimento dos esforços pessoais esteve relacionado à compreensão de que determinadas ocupações apenas puderam ser alcançadas com dedicação e persistência. *Eu acho que se eu não tivesse me despertado pra falar, pra me colocar, eu não estava no gabinete [de uma deputada federal] (...) fui alçado pra esses espaços através da minha voz, da minha fala, na minha comunidade (G3).* Estar em posições de relevância, por vezes, exigiu o convívio com conflitos recorrentes, sobretudo em cargos públicos, desde que se iniciou a gestão de um governo refratário às pautas de populações minorizadas politicamente. *Quando esse governo chegou, e eu comecei a ver os rumos que ia tomar, aquilo me maltratou muito (...) eu tenho que ler as portarias, eu vejo todos os retrocessos e vejo retrocessos com a capacidade de um mestre de política pública. Então eu consigo enxergar os detalhes das ameaças. E isso me machuca muito (G2).*

Articulações políticas que atravessam o exercício da militância costumam ser conduzidas da seguinte forma: existem ativistas que não entrarão em contato

com representantes contrários às causas LGBTQIA+ ou com sujeitos alinhados às perspectivas ideológicas destoantes das suas; em contrapartida, há outros militantes que alegarão o posicionamento estratégico para justificar certas aproximações, o que abre brechas para tensões e questionamentos. *Eu discuto com os trinta partidos políticos e tem gente que discute só com um setor da sociedade. Eu não, eu discuto com todos. Eu discuto com o Fórum de Empresas LGBTI+, que é, tipo, uma direita liberal, até o pessoal do Partido da Causa Operária. Eu não permaneceria nesse certo poder que eu tenho hoje se eu não tivesse apoio de parte, de grande parte do movimento (G1).*

A ocupação de funções de liderança na militância pode denotar o reconhecimento de uma trajetória de lutas. Ainda assim, esse prestígio costuma vir acompanhado do aumento de incumbências e, conseqüentemente, com o transcorrer do tempo, o que era vivenciado como uma recompensa pessoal, torna-se um fardo. *Estamos o tempo todo sendo acionados para falar sobre dores, sobre coisas que nos machucam. Então nem todo dia eu quero falar sobre isso. Há dias em que eu quero passar o dia na televisão vendo filme, mas, às vezes, eu sou chamado e eu preciso ir, pois sou uma referência, porque sou uma liderança, porque as pessoas esperam de mim um comportamento que acolha, que proteja, que cuide, que oriente (G2).*

As obrigações do ativismo e a necessidade de responder às diversas solicitações podem fazer com que o autocuidado seja colocado em segundo plano. *Às vezes eu acho que sou muito forte, que posso suportar muitas coisas, então aceito muitas demandas e esqueço de cuidar um pouco de mim. Então eu demoro a ir no médico, eu demoro a ir no oftalmo, eu demoro a ir no dentista e fazer exame, porque eu sempre acho que eu posso esperar e que o mundo não (G2).* No rol de negligências com cuidado de si, algo que também apareceu na fala de ativistas gays foi a privação da vida social. *Porque eu vivia muito exausto com tudo o que eu fazia e eu me afastei de muitas pessoas que eu gostava na época. E eu me afastei porque eu tava muito atolado com as coisas do ativismo (G4).*

De acordo com os relatos, por ser ininterrupta as requisições a serem resolvidas, é recorrente o acúmulo de tarefas. E quando não se estabelece limites para o amontoado de atividades, é possível acabar soterrado pelo trabalho. *Eu não parava nenhum minuto, tava sempre muito envolvido com tudo. E as pessoas esperavam muito de mim. Elas tinham expectativas muito altas comigo (G4).* O desejo por corresponder a todas as necessidades alheias costuma não apenas gerar estresse, mas também criar a ideia de que, no ativismo, como as pessoas tendem a apresentar maior disponibilidade para a prestação de auxílio, elas estarão sempre às ordens. *A sociedade não enxerga esse lugar da militância como um lugar que tem determinado valor e que merece repouso. Parece que o militante não tem direito a descanso. Ele precisa ser militante 24 horas, todos os dias da semana. Então isso é muito cansativo (G2).*

Como o investimento no campo laboral comumente se apresenta como uma forma de compensação pela discordância dos padrões sexuais de masculinidade (BAÉRE; ZANELLO, 2020), não foi surpresa que essa queixa se manifestasse em todos os relatos dos ativistas gays. Ao passo que se observa uma atestação da virilidade no forte vínculo com o trabalho (ZANELLO, 2018), caso não haja um manejo do que é possível suportar, as conseqüências podem ser o comprometimento da própria saúde.

*Eu tive um surto e eu me vi em uma situação como eu nunca tinha me visto, assim, no meio de um embate. E eu pedi renúncia ali na hora, no meio de um surto. No meio de um surto, pra você ver o nível que eu tava (G3).* Neste relato, observa-se que foi devido a um acontecimento extremo que o entrevistado afirmou ter constatado o ponto a partir do qual não seria possível prosseguir com tantas tarefas.

A partir dos relatos trazidos, observa-se que a relação dos ativistas gays com as suas funções na militância, por vezes, produz sofrimento psíquico e desgaste emocional. Devido às atribuições decorrentes de suas funções de liderança, a necessidade de corresponder às expectativas dessas ocupações fazem com que muitos não consigam dividir seus investimentos no movimento social com outros campos de suas vidas.

### **Entre mulas e tarefeiras: sub-representatividade e a precarização da vida no ativismo lésbiano**

Ao passo que os ativistas gays discorreram sobre os obstáculos vividos na ocupação de determinadas funções de relevância, as ativistas lésbicas, ao narrarem as suas experiências no ativismo, reafirmaram as queixas históricas acerca do silenciamento e da ausência de representatividade delas no movimento social, sobretudo em relação aos gays. Esta subcategoria abrange os efeitos do apagamento das lésbicas no ativismo e o quanto essas dinâmicas de invisibilização incorreram na precarização de suas vidas.

É sabido que, desde a fase inaugural do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), as lésbicas já denunciavam posturas machistas e sexistas por parte de ativistas gays (FERNANDES, 2018; LESSA, 2008). Através dos relatos das entrevistadas, observou-se que conjunturas sexistas não se restringiram à fase inicial do movimento LGBTQIA+, haja vista as funções no ativismo que ainda têm sido atribuídas a elas. *As lésbicas sempre são as que carregam o piano, sempre estão ali no background, fazendo o trabalho pesado, o trabalho difícil, fazendo a papelada, organizando as coisas. Quando você estuda a história do movimento, isso tá claro, onde nós estamos, os lugares que nos dão (L2).*

A ausência de protagonismo lésbico foi uma reclamação presente na fala das três entrevistadas que estão na militância há mais tempo. Apenas uma das entrevistadas apresentava histórico de notória representatividade do movimento LGBTQIA+ brasileiro, incluindo no cenário internacional. L2 reconhece ser a sua trajetória uma exceção na conjuntura do ativismo lésbico, afirmando que apenas conseguiu ocupar espaços de poder, comumente interdito para as lésbicas, *por um talento pessoal mesmo, uma capacidade pessoal. Sempre fui muito boa de advocacy e acho que o movimento, a organização nacional do movimento, também percebeu isso.*

Para descrever o lugar subjulgado e servil que as ativistas lésbicas tiveram que ocupar ao dividirem espaço com os ativistas gays, foram utilizados diferentes termos, tais como *mulas (L3)* e *tarefeiras (L1)*. De acordo com os compartilhamentos, não se tratava apenas dos serviços prestados, mas também das pautas debatidas no

interior dos grupos. *A gente percebia, principalmente, porque todos os projetos eram voltados para os homens. A gente não conseguia, por exemplo, ser inovadora e inserir um projeto pra lésbicas (L3).* Além disso, a ausência de atribuição de créditos aos trabalhos realizados por elas foi apontada como outra forma de apagamento. *A gente percebia que os projetos que a gente fazia, não entravam os nossos nomes (L3).*

No que concerne ao silenciamento das lésbicas por parte dos homens na militância, a participante L2 complementou que a postura dos ativistas gays tem base na misoginia que erige as masculinidades: *desde o início, o posicionamento das lésbicas com as feministas incomoda muito os gays (...) a misoginia é tão forte entre os homens, que eles, até hoje, não admitem que lésbicas tenham protagonismo.* Para essa entrevistada, a forma como o movimento LGBTQIA+ se organiza e se gerencia tem resultado na manutenção deste cenário segregador. *O movimento LGBT como um todo não discute a misoginia e, conseqüentemente, os gays também não discutem (...) o movimento LGBT é o maior silenciador das lésbicas, é o maior invisibilizador. Não é a sociedade, é o movimento (L2).*

A crítica da colaboradora ao movimento LGBTQIA+ se baseia no fato de que a ausência de representatividade das lésbicas não se restringiu às adversidades experienciadas dentro de grupos híbridos. Ainda que estivessem voltadas para os seus próprios coletivos, as participantes relataram os impasses para se dedicarem exclusivamente à militância, devido às inseguranças materiais. *Viver de ativismo é complicado. Temos projetos pelos quais a gente recebe. Uma parte da minha vida, de 95/96 pra cá, eu tinha um outro trabalho de pesquisa, que me dava uma movimentação, às vezes, com maior facilidade de estar no ativismo. E outras a gente fazia ativismo sem ganhar nada, com vaquinhas. Tanto que maior parte das ativistas, muitas deixavam de ser (L1).*

Por não possuírem as suas pautas vistas como prioritárias, os desafios das lésbicas giravam em torno das disputas pela aprovação de projetos, uma vez que *o projeto que vinha sempre era pra eles [ativistas gays]. E a gente nunca conseguia espaço (L3).* Conseqüentemente, tornava-se mais problemático para elas constituir um ativismo lésbico mais consolidado e organizado. *Você conseguia uma grana de projeto. Você conseguia sobreviver, mas você não conseguia viver. Então, nós, lésbicas, não tínhamos dinheiro pra viver de movimento social. O que adoecia, no meu caso, era que eu recebia uma grana, mas não conseguia fazer mais nada. Era dedicação exclusiva, mas eu não conseguia (L3).*

De acordo com L3, a escolha entre trabalho assalariado e a dedicação ao ativismo entre as lésbicas também se dá pelo fato de as mulheres comumente estarem inseridas em empregos com baixa remuneração e que, portanto, demandam mais horas de serviço. *Porque a gente está sempre em subemprego (...). Subemprego é distribuir panfletos na rua, trabalhar em lanchonete. A maioria que você vai ver, as mais novas, até os 30 anos, têm muita sapatão em subemprego, por falta de formação, de ter a possibilidade de estudar mais (L3).*

Em relação aos aspectos geracionais envolvendo ativistas lésbicas em subempregos, ao contrário do que destacou L3 acima, a ativista L1 tem notado que as novas ativistas,

em comparação às antigas, tem conseguido usufruir de mais oportunidades. *Se você for ver a escolaridade de vários ativistas que começaram na década de 90 é uma escolaridade menor do que a dos ativistas de hoje. Porque muitos de nós naquela época voltava a estudar depois de uma idade. Hoje a gente tem jovens ativistas com 25 anos entrando pro doutorado. E a gente com 60 anos terminando a graduação* (L1).

Com base na fala das entrevistadas, é possível compreender que, no cotidiano do movimento LGBTQIA+, a ausência de representatividade das lésbicas não esteve restrita ao convívio com posturas machistas agenciadas por ativistas gays (FERNANDES, 2018; LESSA, 2008). As dificuldades enfrentadas na aprovação de seus projetos e na ocupação de funções de relevância no movimento social tem feito com que muitas lésbicas tenham que escolher investir na própria formação educacional e em trabalhos remunerados, em detrimento da militância. Logo, o esvaziamento da militância lésbica também é reflexo da forma como elas têm sido desencorajadas a investir neste espaço.

Embora as questões aqui apresentadas estejam amplamente relacionadas ao gênero, é necessário somar a essa dimensão da subjetividade outros marcadores sociais da diferença, tais como a raça, a classe social, a idade, ou seja, elementos que, ao se articularem, vão conferir a esses sujeitos coletivos experiências distintas, que refletem as complexas assimetrias sociais às quais estão submetidos (ZAMBONI, 2014).

### **Ativismo virtual e a personificação da militância**

Com o advento da internet e das redes sociais, testemunhou-se a ampliação dos espaços de atuação da militância, bem como de novas formas de exercer e de promover ativismos. Essa categoria está relacionada à forma como a virtualidade tem influenciado o movimento social, não apenas como espaço de reconhecimento e pertencimento para novas gerações que ainda não se assumiram para si e para a sociedade, mas também como ambiente em que os discursos em torno de pautas LGBTQIA+ tem se concentrado em perfis pessoais nas redes sociais.

De acordo com as duas participações mais jovens deste trabalho, com menos de 30 anos, foi através da internet, de canais do Youtube e de perfis em redes sociais, que ambos se identificaram e se entenderam como gay e lésbica. A experiência de G4 se baseou na inserção em grupos de temáticas gays nas redes sociais, como os de cantoras consideradas “divas pop”. *Eu comecei a mergulhar no mundo da internet, no mundo virtual, a conhecer grupos que tinham pessoas que também se diziam gays, grupos de cantores. Na época, um grupo de fãs da Lady Gaga me ajudou muito. Já L4 afirmou ter se identificado com a lesbianidade através do compartilhamento de experiências de outras mulheres, em blogs e canais de vídeo. Eu não tinha internet em casa na época, então eu ia pra biblioteca pública da cidade ficar pesquisando sobre isso. E aí começava a ler blogs. Tinham dois canais no Youtube que eu gostava bastante, o “Dedilhadas” e o “Brejo” (...) tudo isso foi me fazendo ver que era possível ser lésbica e ser outras coisas.*

*A visão que eu tinha era aquela que passava na Globo: da mulher que quer ser homem, da mulher que quer ser macho.*

A coexistência de diferentes gerações no ativismo LGBTQIA+ brasileiro, com suas quatro décadas de existência, costuma apresentar oportunidades de trocas e de aprendizagens, mas também tensões e desentendimentos (AGUIÃO, 2016, FACCHINI; RODRIGUES, 2017). De acordo com os entrevistados gays, na atualidade, o ativismo se encontra muito individualista, exercido de maneira solitária. *Porque antes as entidades tinham mais força. Hoje as pessoas, elas investem mais em carreira solo, mas isso antes não era muito possível. Você atuava em coletivo, se você não atuasse em coletivo, você não conseguia. Primeiro porque não tinha esse meio, você tinha que ir alcançando corações aqui, depois ampliando, ampliando. Cada um ia puxando pra sua sardinha dentro de um grupo (G3).*

O desinvestimento em coletivos e organizações ativistas foi uma queixa recorrente entre os gays. *As pessoas não querem mais fazer parte de grupo, de associação. Elas vão ser ativistas no Facebook, no Twitter. E, pra isso, basta. Suas próprias ideias que importam. E quem quiser concordar, concorde. Quem não quiser, não está nem aí. E eu acho isso ruim, porque temos que ocupar os conselhos, precisamos ocupar os núcleos de trabalho, ter um diálogo com a gestão pública (G2).* A imposição de pontos de vista que não se baseiam em vozes coletivas, de acordo com G3, é limitada e preocupante. *A falta de construção coletiva gera esse sentimento também de que “eu não pertencço a esse coletivo”, a falta de pertencimento de coletivo. (...) essa coisa de solo, movimento solo, de que não existe mais uma construção coletiva, eu olho também com uma certa preocupação.*

A preocupação de G3 consiste no fato de que, o ativista solo, que influencia inúmeros seguidores, ao compartilhar seus posicionamentos com amplo alcance de divulgação, pode ser confundido como um porta-voz do movimento social. Contudo, trata-se de alguém que, por vezes, discorre sobre conteúdos que não são debatidos e concebidos coletivamente. *Quando você constrói com coletivo, você consegue identificar uma série de questões (G3).* Outro desdobramento de uma militância individualista, baseada em perfis de redes sociais, é que o ativista considerado influenciador digital, ao ser convidado para participar de eventos devido a sua popularidade, passa a se enxergar como alguém capaz de falar sobre quaisquer assuntos, mesmo que não possua o conhecimento aprofundado sobre o debate para o qual foi convidado. *Sabe aquelas pessoas que ficam fazendo lives uma atrás da outra? Porque daí começa um narcisismo terrível, porque começam a aceitar coisas que não faz mais sentido (G1).*

Embora as críticas em relação ao ativismo solo contemporâneo tenham partido dos ativistas gays, L2 assinalou que, ao longo da história da militância LGBTQIA+ brasileira, os ativistas gays *tem personificado o movimento em suas pessoas.* De acordo com essa entrevistada, desde o início desse movimento social, tem sido muito mais fácil identificar nominalmente os militantes gays em comparação às militantes lésbicas. Isso não decorreu apenas da ocupação de espaços de protagonismo por parte dos gays na militância, mas também da forma como eles têm exercido o ativismo através da personificação. No entendimento de L1, a notoriedade dos gays em relação às lésbicas

também é decorrente de uma representação social que as estigmatiza, pois eles *sempre foram vistos como os divertidos, como os alegres, os sensíveis (...) e nós, lésbicas, éramos vistas como as que eram mal-humoradas, as que sempre arrumavam confusão.*

Ao se considerar que a influência da virtualidade recai sobre todo o movimento social, era esperado que a relação do ativismo com a internet aparecesse nas falas de lésbicas e de gays. Embora seja um espaço que auxilia a saída do armário, por viabilizar a identificação com discursos pró-diversidade sexual e de gênero, no que concerne à forma de exercer o ativismo, os gays teceram críticas acerca da tendência contemporânea de uma militância solo, que se baseia em perfis pessoais, sem o investimento no coletivo. Contudo, enquanto os colaboradores gays entendem que esse perfil autocentrado se baseia em um aspecto geracional do ativismo, uma colaboradora lésbica pontuou serem justamente os gays os precursores de uma militância personificada desde períodos iniciais do movimento LGBTQIA+, antes mesmo do advento da internet e das redes sociais.

### **Estratégias de autocuidado**

O cotidiano do ativismo também costuma ser atravessado por conflitos e pela experiência do cansaço pelas demandas recorrentes, sobretudo em um período de retrocesso político no campo dos direitos humanos. Logo, os dois grupos de participantes apontaram meios para se relacionar de maneira mais harmoniosa com a militância, com o intuito de evitar prejuízos oriundos de esgotamentos físicos e emocionais. Dentre as estratégias apresentadas ao longo desta categoria estão: a saída de cargos de alta responsabilidade; a diminuição da sobrecarga de trabalho; o afastamento temporário da militância; e o início de uma terapia, com maior atenção voltada para o cuidado com a saúde mental.

A identificação com o ativismo e a inserção em coletivos LGBTQIA+ costumam ser acontecimentos primordiais para o bem-estar psíquico de muitas dissidências sexuais e de gênero, sobretudo entre aquelas que, na primeira fase da vida, encontravam-se em profundo sofrimento devido às violências sofridas nos diversos espaços de socialização (BAÉRE; ZANELLO, 2020). Contudo, ainda que esse local de pertencimento e de reconhecimento seja um ambiente de segurança, a realidade da militância pode adquirir outras nuances a depender da relação que se estabelece com a práxis. Na fala dos ativistas gays, apareceram muitas reclamações acerca da sobrecarga de trabalho e do desejo de sair de determinados cargos, em virtude do excesso de atribuições. *Eu pretendo entregar a presidência, porque eu tô bem cansado. De ser militante. O ativismo nos esgota muito emocionalmente. Porque ser uma referência tem prós e ônus (G2).*

Além de não se comprometer com determinadas ocupações, também pode ser necessária a diminuição das participações em grupos e organizações. *Comecei a sair de alguns coletivos e tô tentando cuidar um pouco da minha saúde mental. E penso: “Eu sei também que eu não vou conseguir fazer de tudo, de tentar entregar um pouco*

menos de emoção nas coisas que eu lido, nas lutas, nas batalhas que eu travo”. Eu acho que, às vezes, você tem que saber a hora de se recolher. E talvez, se eu pudesse dar um conselho pra alguém que ainda tá no início da luta, é pra você tentar incorporar menos o sentimento do que você luta. Se você carrega isso como uma questão de vida pra você, isso vai destruindo você (G3). Outra estratégia mencionada foi a diminuição dos embates nas redes sociais e o manejo do contato com notícias trágicas. *Eu tento não consumir tanta notícia ruim todo tempo, ficar o tempo todo brigando e peleando* (L2).

Em alguns momentos, a desaceleração do ritmo de trabalho na militância não é o suficiente. Quando situações extremas se apresentam, como no caso do ativista G3, que discorreu sobre o seu surto como o ápice do estresse vivido no ativismo, é preciso estabelecer um afastamento temporário da militância. Esse entendimento sobre a diminuição da velocidade também esteve presente na fala delas. *Eu vejo uma saída comum, pra maioria de nós, que é um certo afastamento do ativismo (...) participo da organização da Caminhada de Lésbicas, mas tudo muito background. Uma palestra ou outra aqui* (L2). Esse distanciamento pode ser também um momento em que o sujeito militante abre espaço para outros investimentos pessoais. *Todo mundo foi se afastando para cuidar da própria vida (...) eu fui me priorizar, em 2009/2010. Daí é que eu fui fazer uma faculdade, fui cuidar de mim* (L3).

Dentre as possibilidades disponíveis para o autocuidado, tanto ativistas lésbicas quanto os ativistas gays mencionaram a importância da terapia, sobretudo quando se está inserido no contexto da militância. *Eu acho que adianta muito, junto com essas lutas, fazer também terapia, tipo ali, paralelamente, entendendo que você tá num campo de batalha e que você vai ter que se cuidar* (G3). A relevância da terapia se mostrou ainda maior com o início da pandemia, quando questões como o isolamento social, os lutos das perdas pela covid-19, a calamitosa gestão do governo bolsonarista atravessaram o cotidiano do ativismo. *Eu tinha, inclusive, abandonado a terapia e, no início da pandemia, eu me vi obrigado a ter que voltar. Espero nunca mais passar pela minha cabeça abandonar. É algo assim que me ajuda muito* (G2).

Ainda que a busca por terapias tenha sido mencionada, cabe ressaltar que os serviços de saúde ainda são muito insuficientes, quando se trata da oferta de serviços à população sexo-gênero diversa (DUARTE, FERREIRA; COELHO, 2019; MELLO; PERILO; VAZ; PEDROSA, 2011). O despreparo das equipes de saúde costuma ocasionar a diminuição da procura por cuidado entre a comunidade LGBTQIA+. Essa questão apareceu na fala da entrevistada L1 que, aos 65 anos, afirma ser um problema histórico enfrentado pelo movimento lésbico, que se perpetua e sempre demanda um posicionamento de sua parte. No exemplo compartilhado, o despreparo profissional testemunhado por L1 também incluiu o etarismo. *Eu frequento ginecologista a cada dois anos (...) às vezes, a depender do profissional, ele não pergunta se eu tenho sexo seguro nem nada disso por conta da minha idade. Aí eu contesto: “Vocês não vão me perguntar se eu uso contraceptivo? É por conta da minha idade?” De acordo com a entrevistada, tais questionamentos também já foram dirigidos a profissionais da saúde mental. Já tive problemas de, na terapia, eu acabar tendo que realizar uma capacitação para o profissional. Principalmente quando você diz que lésbica pode transar com homem. Que*



*eles têm dificuldade de entender que orientação sexual e identidade sexual é diferente de prática sexual. Você tem que ir com doses homeopáticas. “Olha, há prostitutas que são lésbicas. Tem mulheres casadas que são lésbicas. Ela não pode viver a sexualidade dela”. Você acaba fazendo uma capacitação.*

Através dos relatos de ativistas gays e lésbicas, essa categoria apontou para a necessidade de diminuição da sobrecarga do ativismo e do investimento no cuidado da saúde mental como formas de estabelecer vínculos mais saudáveis com a militância. No que concerne a busca por serviços de terapia voltados para a população sexo-gênero diversa, uma fala evidenciou uma questão premente no campo de saúde voltado para essa população: a falta de capacitação de profissionais da saúde para o atendimento das especificidades do público LGBTQIA+.

## Considerações finais

O presente trabalho buscou analisar qualitativamente as vivências pessoais e as trajetórias na militância de ativistas lésbicas e gays, a partir do modo através do qual esses dois sujeitos políticos compreendem a influência que as suas representatividades e funções no ativismo tem exercido sobre o seu bem-estar e a sua saúde mental. Ao longo dos relatos, vislumbrou-se que o ativismo, por vezes, é visto como uma ocupação extenuante, que resulta em sofrimento psíquico quando militantes não conseguem desacelerar seus compromissos e atividades na militância. Logo, ainda que o movimento LGBTQIA+ seja um espaço de reconhecimento e de pertencimento para as pessoas que ainda estão no processo de aceitação e de entendimento de si, o que proporciona bem-estar e segurança em um primeiro momento, é também um lugar cujas dinâmicas internas costumam refletir problemas sociais existentes na cultura brasileira, tais como o machismo e o sexismo.

Os sofrimentos provenientes da representatividade no movimento social foi o tema mais presente na fala de ambos os participantes, com notórias distinções. No que concerne aos ativistas gays, as suas falas tematizaram uma relação de alta cobrança com as demandas do ativismo. Os entrevistados deste trabalho, conhecidos a partir de seus trabalhos na militância LGBTQIA+, por terem ocupado espaços de destaque, encontravam-se submetidos a muitos compromissos e atividades. Essa realidade ocasionou o preterimento de si e situações de esgotamento, com prejuízos à saúde mental. De todo modo, faz-se mister assinalar que os entrevistados, por mais que estivessem relatando queixas e relações adoecedoras com a militância, estavam trazendo essas questões a partir de lugares de prestígio e de destaque que ocupam no movimento social. Essa realidade se mostrou distinta da que foi trazida pelas ativistas lésbicas.

As entrevistadas lésbicas também discorreram sobre vínculos exaustivos e adoecedores com a militância. Contudo, para elas, o que mais as debilitava era a ausência de representatividade e o permanente apagamento nas dinâmicas do

ativismo, o que evidencia a perpetuação do sexismo ao longo da história do movimento LGBTQIA+. De acordo com as ativistas, as funções de mulas e tarefeiras e a incipiente ocupação de posições de relevância no movimento social não estavam relacionadas apenas às disputas de espaços dentro de grupos híbridos. Mesmo quando voltadas para os seus próprios coletivos, as dificuldades em terem seus projetos priorizados e os poucos recursos adquiridos se tornavam obstáculos para a permanência no ativismo. Logo, muitas precisaram optar por deixar a militância de lado para poderem sobreviver.

Um aspecto comum, presente nas falas de ativistas lésbicas e gays, foi a presença da virtualidade na militância. A internet, para os dois entrevistados mais novos de ambos os grupos, foi a porta de entrada para a comunidade sexo-gênero diversa. Contudo, ainda que se trate de um ambiente que oportuniza o entendimento e a aceitação de si enquanto dissidência sexual e de gênero, há aspectos relacionados ao ativismo virtual que foram alvo de crítica dos ativistas gays, como a proliferação de um ativismo solo, individualista e descolado do coletivo. Contudo, ao passo que os ativistas gays consideram o ativismo solo uma tendência geracional, ligado aos mais jovens, as ativistas lésbicas o enxergam como uma prática cujos percussores foram os próprios ativistas gays, que sempre buscaram personificar a militância.

Por fim, como forma de lidar com os pesos advindos de relações conturbadas com o ativismo, os dois grupos de participantes compartilharam estratégias para estabelecer relações mais harmoniosas com a militância, tais como: a saída de cargos de alta responsabilidade; a diminuição da sobrecarga de trabalho; o afastamento temporário da militância; e o início de uma terapia. Logo, é possível observar que o ativismo LGBTQIA+, embora seja uma ocupação política facilitadora de laços sociais e promotora de bem-estar, também pode ser geradora de sofrimento psíquico. A partir dos relatos compartilhados por ambos os grupos, entende-se que se faz necessária uma descentralização das atividades da militância, a fim de que ela não permaneça concentrada na figura de poucos sujeitos políticos.

## Referências

AGUIÃO, Silvia. Não somos um simples conjunto de letrinhas”: disputas internas e (re) arranjos da política “LGBT. *Cadernos Pagu*, 2016, p. 279-310. <https://doi.org/10.1590/18094449201600460279>

ALMEIDA, Guilherme. Argumentos em torno da possibilidade de infecção por DST e Aids entre mulheres que se autodefinem como lésbicas. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 19, n. 02, 2009, p. 301-331.

AMARANTE, Paulo. *Saúde mental e atenção psicossocial*. v. 03. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

BACCI, Irina Karla. *Vozes lésbicas no Brasil: a busca e os sentidos da cidadania LGBT*. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania). Universidade de Brasília: Brasília, 2016.

BAÉRE, Felipe & ZANELLO, Valeska. Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades. *Psicologia em Estudo*, v. 25, 2020, p. 1-15.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENEVIDES, Bruna & NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. *Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília: Ministério da Saúde, 2013a

BRASIL. *Mulheres lésbicas e bissexuais. Direitos, saúde e participação social*. Brasília: Ministério da Saúde, 2013b.

BRASIL. *Homens gays e bissexuais. Direitos, saúde e participação social*. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

CALDERARO, Fernanda. *Políticas de saúde voltadas às lésbicas: um estudo sobre as possibilidades de reverter um quadro histórico de invisibilidade*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP): São Paulo, 2011.

CARRARA, Sérgio. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. *Cadernos Pagu*, n. 47, 2016, e164717.

CAVALCANTI, Céu, BARBOSA, Roberta Brasilino & BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Os tentáculos da tarântula: Abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, 2018, p. 175-191.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs*. Brasília: CFP, 2019.

DANIEL, Herbert & PARKER, Richard. *Aids: a terceira epidemia*. 2. ed. Rio de Janeiro: ABIA, 2018.

DUARTE, Marco José de Oliveira; FERREIRA, Larissa Castro Marção & COELHO, Millainy de Oliveira. Diversidade Sexual e de Gênero na Saúde Mental: aproximações e experiências no campo da pesquisa. *Rebeh-Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 02, n. 01, 2019, p. 83-102.

FACCHINI, Regina. “*Sopa de Letrinhas*”? – Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina. De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (orgs.). *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020, p. 31-69.

FACCHINI, Regina & BARBOSA, Regina Maria. Dossiê saúde das mulheres lésbicas: promoção da equidade e da integralidade. *Biblioteca Digital do Centro Latino-Americano de Sexualidade e Direitos Humanos*, 2006. Disponível em: [http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/316\\_1172\\_dossiedasaudedamulherlesbica.pdf](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/316_1172_dossiedasaudedamulherlesbica.pdf)  
Acesso em: 10 out. 2021.

FACCHINI, Regina & RODRIGUES, Julian. “Que onda é essa?”: “guerras culturais” e movimento LGBT no cenário brasileiro contemporâneo. In: MACHADO, Federico Viana; BARNAT, Fabiano & MATTOS, Renan (orgs.). *A diversidade e a livre expressão sexual entre as ruas e as políticas públicas*. Porto Alegre, Editora Rede Unida, 2017, p. 35-60.

FERNANDES, Marisa (2018). Ações lésbicas. In: GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan Honório; CAETANO, Márcio, & FERNANDES, Marisa (orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 91-120.

GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga et al. Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021.

GREEN, James Naylor. “*Mais amor e mais tesão*”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*, n. 15, 2000, p. 271-295.

GREEN, James Naylor. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 05, 1995, p. 7-41.

LESSA, Patrícia. Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do grupo de ação lésbico-feminista e do Boletim Chanacomchana. *Revista Gênero*, v. 08, n. 02, 2008, p. 301-333.

MARTINHO, Míriam. Dia da visibilidade lésbica: 23 anos de uma história mal contada e sem registro. *Um Outro Olhar*. 2017, 29 de agosto. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2017/08/dia-da-visibilidade-lesbica-23-anos-de-uma-historia-mal-contada.html> Acesso em: 12 out. 2021.

MARTINS, Larissa Pinto; CAETANO, Márcio; da SILVA BRAGA, Keith Daiani & da SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço. Chanacomchana bambém é bacana! Imprensa lésbica e suas pedagogias culturais. *Revista Digital do LAV*, v. 13, n. 01, 2020, p. 50-75.

MASCARENHAS, João Antônio de Souza. *A tríplice conexão: Machismo, conservadorismo político e falso moralismo, um ativista guei versus noventa e seis parlamentares*. Rio de Janeiro, 2AB Editora, 1997.

MELLO, Luis; PERILO, Marcelo; BRAZ, Camilo Albuquerque & PEDROSA, Cláudio. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), 2011, p. 7-28.

MINAYO, Marília Cecília de Sousa. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 03, 2012, p. 621-626.

PERES, Milena Cristina Cardoso; SOARES, Suane Fellipe, & DIAS, Maria Clara. *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017*. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço (2018). A despatologização da homossexualidade no Brasil. In: CAETANO, Márcio et. al. (orgs.). *Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do Movimento LGBTI brasileiro (1978-2018)*. Tubarão: Copiart; Rio Grande: Editora da FURG, 2018, p. 48-53.

SAFATLE, Vladimir, SILVA JUNIOR, Nelson & DUNKER, Christian Ingo Lenz. Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SIMÕES, Julio, & FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOARES, Gilberta Santos, & COSTA, Jussara Carneiro. Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. *Labrys-Estudos Feministas*, v. 20, 2011.

SOUZA, Luciana Karine (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 71, n. 02, 2019, p. 51-67.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (2007). Strengthening mental health promotion. Geneva, World Health Organization (Fact sheet, No. 220), 2007. Disponível em: <https://mindyourmindproject.org/wp-content/uploads/2014/11/WHO-Statementon-Mental-Health-Promotion.pdf> Acesso em 05 out. 2021.

ZAMBONI, Márcio. Marcadores sociais. *Sociologia Especial*, v. 1, 2014, p. 13-18.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Editora Appris, 2018.

Recebido em 15/11/2021.

Aceito em 30/05/2022.